

O PAPEL DO ESTADO PÓS COVID-19 NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Nathaly Calixto

Membro Associado do Observatório Político¹

Resumo

A região da América Latina e Caribe é hoje a segunda maior afetada pelo novo coronavírus. A pandemia além de acelerar processos internacionais que já estavam em curso, como por exemplo o enfraquecimento da globalização, destacou também a acentuada diferença de níveis de desenvolvimento no continente além da intensa desigualdade social no mesmo. Diante disso, novas estratégias políticas e econômicas têm sido tomadas, e novas medidas sociais iniciadas. Nesse contexto, o presente artigo pretende analisar o papel do Estado e seus desafios na América Latina pós COVID-19.

Palavras-chave

América Latina, COVID-19, liberalismo, papel do Estado, medidas anti cíclicas, crise econômica, crise sanitária, desenvolvimento econômico e garantias individuais

Introdução

Em razão da atual crise sanitária, as projeções macroeconômicas para 2020 são de quedas dramáticas da economia mundial e nesse contexto, a América Latina não foi uma exceção. De acordo com o *World Economic Outlook*, a economia latina cairá 9,4%, quatro pontos percentuais pior do que a projeção feita em abril.

¹ Mestranda em Ciências Políticas e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pós-graduada Política Internacional, Instituto Internacional Clio (Rio de Janeiro, Brasil). Licenciada em Direito, Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil).

A pandemia chamou a atenção da América Latina para o alto nível de desigualdade econômica e de desenvolvimento social na região, e em razão disso, diversos órgãos multilaterais têm indicado que o novo foco deve ser a integração econômica e a elaboração de políticas monetárias criativas que alcancem diferentes segmentos da sociedade, principalmente onde a informalidade for maior. Nesse sentido, o FMI e a CEPAL recomendam que medidas para manter relações de emprego, como o apoio à folha de pagamento e financiamento de capital de giro serão importantes para evitar o fechamento de negócios, reduzir o desemprego de longa duração, apoiar a recuperação, e aumentar o potencial de crescimento.

Apesar das recomendações, a verdade é que a crise sanitária evidenciou as interações e os efeitos cascatas que ameaçam os sistemas complexos, hiperconectados e interdependentes. Logo, a tendência é que a resposta a isso sejam sistemas mais resilientes a essas complexidades. Isto posto, os governos da América Latina têm tomado posições que variam entre a defesa do Estado Mínimo e o apoio ao Estado Assistencialista, o que leva a reflexão sobre o papel do Estado pós COVID-19 nesta região.

Metodologia

O momento histórico-científico de hoje conduz à reflexão sobre as desigualdades da América Latina, mas principalmente sobre as medidas a serem tomadas por esses governos. Diante disso, para a análise do papel do Estado no contexto pós COVID19, o presente artigo pretende se utilizar de métodos qualitativos em razão da alta complexidade dos fatos.

Para tal, foram utilizados relatórios de órgãos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico (OECD), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de videoconferências de consultorias, instituições diplomáticas e think-tanks.

Diante disso, o desenvolvimento do presente artigo busca destacar funções primordiais do Estado numa ótica liberal e entender o papel do Estado no novo contexto trazido pela pandemia. Para isso, será dividido em i) O liberalismo e a crise atual, ii) medidas anti cíclicas nas principais economias da América

Latina, iii) a atual integração no continente e iv) desafios dos governos Latino-americanos pós pandemia.

O liberalismo e as crises atuais

A atual crise sanitária com reflexos econômicos é uma crise nunca prevista em uma literatura liberal. Vivemos um desgaste da globalização, que, na verdade, se iniciou com a crise financeira de 2008. Nesse período, com a quebra dos bancos, do Fundo Monetário Internacional e com a falta de respostas eficientes pelos organismos multilaterais, foi sustentada a ideia de que uma economia globalizada é desvantajosa e o que deve ser enfatizado são políticas nacionais. Hoje, o descrédito ao multilateralismo continua. Apesar da necessidade de uma resposta global à pandemia, os governos têm-se concentrado cada vez mais em soluções domésticas efetivas, com medidas anti cíclicas e, em alguns países com restrições de liberdades individuais. Nesse sentido, qual seria o papel do Estado nesse contexto pós COVID-19:

Dentro de uma ótica liberal, o Estado Mínimo significa um Estado que não interfere em todas as esferas, uma vez que as sociedades são organismos que automaticamente atingem o equilíbrio pelo livre jogo das leis naturais. Além disso, dentre os ideais econômicos se destaca a percepção de que a economia se fundamenta na lei da oferta e demanda, logo o Estado não pode intervir nos preços, salários e trocas comerciais. O livre mercado é o regulador da sociedade.

Contudo, o liberalismo também fala sobre repensar os direitos vinculando-os a mecanismos compensatórios, capazes de atenuar os desequilíbrios advindos do jogo dos mercados. Partindo desse princípio e seguindo a linha teórica de Rawls², é primordial a existência de uma constituição justa, a qual assegura as liberdades e os direitos de cidadania. Nesse contexto, as liberdades de consciência e de pensamento são consideradas como garantidas e o verdadeiro significado de liberdade política é respeitado. Logo, é essencial a existência de um Estado democrático de direito (rule of law) que respeita as

² Cadete, Joaquim. (2014) El pensamiento de Rawls y sus implicaciones en el lado económico: los comentarios de Phelps y las críticas de Arrow. Relaciones internacionales (R: I), (43), 85-95. Consultado em 6 de julho de 2020

liberdades individuais, tanto sociais como políticas, e que estabelece uma esfera inviolável de atuação para cada pessoa³.

Afinal, como bem defendido por Huntington⁴, fatores econômicos de facto fazem as democracias serem possíveis, porém são as lideranças políticas que possibilitam que as democracias sejam reais e efetivas. Portanto, é imprescindível a existência de um Estado que promova o desenvolvimento econômico e social, com a garantia das liberdades individuais, principalmente durante uma pandemia.

Assim sendo, para a formulação de uma efetiva atuação do Estado pós COVID-19 é fundamental o respeito às liberdades individuais e às políticas públicas que propiciem igual acesso e igual ponto de partida de oportunidades para todos. Em outras palavras, equidade de acesso à saúde, educação e infraestrutura devem ser prioridades do Estado.

Medidas anti cíclicas nas principais economias latinas

A pandemia despojou o modelo econômico atual baseado na manutenção dos benefícios de um pequeno grupo de financiadores e rentistas, o que não permite um crescimento sustentado, muito menos uma redução da desigualdade social.

Desse modo, durante a pandemia de COVID-19 foram elaboradas medidas anti cíclicas como rendas básicas para a população e programas de suporte principalmente às pequenas e médias empresas (PMEs). Com um recorte especial da América Latina, grande parte da mão-de-obra é empregada por pequenos e médios empresários, logo o investimento a essas empresas por parte do governo, significa também um investimento na manutenção de empregos nesses países. As medidas já tomadas na região refletem a preocupação com as PMEs e com o mercado informal, que emprega grande parte dos trabalhadores na América Latina.

³ Faria, José Eduardo. (2020) Libertarismo e Liberalismo em tempos de pandemia: Em contexto de pandemia, o Estado deve agir com foco, determinação e urgência. Não por meio de uma reação tardia. Site JOTA. Retirado de

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/libertarismo-e-liberalismo-em-tempos-de-pandemia-01042020>

⁴ Huntington, Samuel P. (1968). Orden político en sociedades cambiantes. Universidad Harvard - Centro de Asuntos Internacionales. Editor: New Haven: Yale University Press

O Peru concedeu o apoio econômico de 380 soles (100 dólares) aos seus cidadãos e determinou que bancos e empresas do setor financeiro poderão reprogramar créditos devedores. Uma vez que 30% das exportações peruanas são destinadas à China, para mitigar o impacto econômico, o governo peruano está preparando um plano de aproximadamente 25 bilhões de dólares (equivalente a 12% do PIB do país) para injetar na economia.

A Colômbia, que tem sido imensamente prejudicada pela queda do petróleo, eliminou impostos de importação de bens e tecnologia, alongou períodos de carência para pagamentos a médias e pequenas empresas e facilitou créditos a empresas de turismo e aviação. Além disso, disponibilizou cerca de 40 dólares a famílias de baixo rendimento.

O Chile, que tinha a China como principal mercado para exportação de cobre, anunciou um plano econômico de injeção de quase 16 bilhões de dólares, onde 2 bilhões serão direcionados ao auxílio às famílias mais pobres, e 3 bilhões a créditos de financiamento às empresas.

Com a China sendo o segundo maior destino de exportação, a Argentina terá à disposição neste ano 165 milhões de dólares e em 2021, 135 milhões de dólares, emprestados pelo Banco Mundial. Além disso, será fornecido uma renda emergencial de 157 dólares para famílias argentinas. Foi concedida ainda a possibilidade de adiamento ou a redução de até 95% do pagamento de empregadores à segurança social.

O México reduziu sua taxa básica de juros em 50 pontos, chegando a 6,5%. O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FONDESOC) disponibilizou mais de 10 bilhões de dólares para programas sociais e microcréditos, que deverão ser pagos ao governo em um período de 2 anos, com o primeiro pagamento em 4 meses.

O Panamá atualmente possui 10% das suas importações ocupadas pela China e aproximadamente 6 bilhões de dólares advindos da Ásia. Em razão disso, o governo disponibilizou 50 milhões de dólares para contratações especiais e fundos de emergência dos conselhos comunitários. Além disso, os pagamentos de empréstimos foram adiados até dezembro e os cidadãos desempregados não pagarão serviço público ou internet pelos próximos 3 meses.

O Paraguai reduziu sua taxa de juros de 4% para 3,75% e irá contar com uma linha de crédito de 1,6 bilhões de dólares, por meio de empréstimos de organizações internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Tais valores serão realocados para serviços públicos de saúde e proteção ao emprego.

O Uruguai, também preocupado com a crise, disponibilizou aproximadamente 125 milhões de dólares, sendo parte emprestada ao Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), em linha de crédito para pequenas e médias empresas. Junto a isso, legisladores e ministros doaram 20% de seus salários para auxílio ao fundo econômico para medidas emergenciais. Além disso, o governo concedeu 154 dólares a trabalhadores independentes por dois meses.

Com aproximadamente 28% das exportações para a China, e com investimentos chineses concentrados nos setores de extração de petróleo e gás, energia elétrica e metalurgia, o mercado brasileiro tem sofrido fortes impactos com a crise atual. Diante disso, o Brasil diminuiu sua taxa de juros básica de 4,25% para 3,75% e anunciou uma linha de crédito de quase 7 bilhões de dólares para pequenas e médias empresas. Além disso, o pagamento e declaração dos impostos de renda foram adiados para junho e foram direcionados 17,5 bilhões de dólares para o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, o qual além de permitir a suspensão temporária do trabalho e acordos com o empregador, concede o benefício de aproximadamente 100 dólares aos trabalhadores.

No caso da Venezuela, a crise foi acentuada pela situação atual. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, a OPAS junto ao Grupo de Lima, pressionaram para que ajuda humanitária entrasse no país. Junto a isso, a ONU tem pedido alívio das sanções globais contra Cuba e Venezuela para permitir a entrada de equipamentos médicos, e o FMI negou o empréstimo de emergência, alegando não haver clareza sobre quem de facto é o líder do país.

A atual integração econômica da América Latina

A integração econômica na América Latina foi marcada por um problema de especialização, que resultou em problemas estruturais que se manifestaram pela deterioração dos termos de troca dos países especializados na produção de alimentos e matérias-primas num contexto de integração global.

Ademais, os diferentes níveis de desenvolvimentos dentro da própria região levaram a apresentação de superávits comerciais em relação aos outros países menos desenvolvidos. Em outras palavras, a falta de equilíbrio nas balanças comerciais gerou um problema de reciprocidade na cooperação macroeconômica nesta região.

Importante destacar ainda que as assimetrias regionais ficaram ainda mais evidenciadas depois da crise de 2008. O crescimento continuado das economias regionais entre 2001 e 2008 possibilitou o fortalecimento dos programas de integração regional, mas a crise de 2008 impôs freio a essa tendência. A maioria dos países da região voltou a enfrentar deficits fiscais, deficits comerciais e dificuldades de equilibrar o balanço de pagamento; outros países experimentaram pressões inflacionárias. Os governos postergaram projetos regionais em infraestrutura e/ou sociais concebidos na fase de prosperidade, e mais uma vez as economias sul-americanas expuseram as suas fragilidades. Ficaram patentes nos distintos países da região a insuficiência e a má distribuição do desenvolvimento tecnológico que se concentram, sobretudo, nos setores econômicos de exportadores, uma das heranças do passado primário-exportador da região⁵.

E com isso, a falta de uma estratégia compartilhada para superar a crise mundial ou reduzir as assimetrias abriu espaço para que os atores de cada país (governo, formadores de opinião pública e população) possam reinterpretar as possíveis vantagens de participar num projeto de integração regional, reposicionando-se de forma negativa.

Com a crise do COVID-19 essa disparidade de desenvolvimento foi ainda mais acentuada e os impactos econômicos na região foram significativos: diminuição da atividade econômica dos principais centros comerciais, queda dos preços dos produtos primários, interrupção das cadeias globais de valor, e menor demanda de serviços de turismo.

As recentes previsões do Fundo Monetário Internacional para a América Latina é de uma retração da economia de quase 10%, e em razão desse cenário as recomendações seja do Fundo, seja da Cepal ou do CAF é a de avanço de um modelo de desenvolvimento mais sustentável por meio de uma maior

⁵ Cacciamali, Maria Cristina, Bobik, Márcio y Celli Jr, Umberto. (2012) En busca de una nueva inserción de América Latina en la economía global. Estudios avanzados, 26(75), 91-110.

integração e aumento do espaço fiscal. A integração regional é indispensável para avançar na diversificação das exportações e na transição para exportações mais intensivas em conhecimento, considerando o elevado conteúdo industrial do comércio intrarregional e sua importância para as pequenas e médias empresas exportadoras. É necessário intensificar os esforços voltados para a construção de um mercado regional integrado dado o contexto de desaceleração do crescimento, saída líquida de capitais e crescente protecionismo enfrentado pela região, que será acentuado com a pandemia de COVID 19⁶.

Em outras palavras, é urgente na América Latina a criação de um mercado integrado com um complexo de relações intraindustriais através de uma maior difusão tecnológica, simplificação do financiamento; modernização das alfândegas e dos serviços postais; e redução dos custos dos pagamentos transfronteiriços online.

Desafios dos governos Latinos pós COVID-19

A América Latina deve enfrentar a crise da pandemia em um momento de debilidade e vulnerabilidade macroeconômica. A região enfrentará essa crise com seu espaço fiscal reduzido pelos limitados ingressos públicos em razão do enfraquecimento da atividade econômica, da evasão fiscal, da queda dos preços internacionais das matérias primas, da redução de tarifas pela abertura comercial e da crescente renúncia fiscal por concessões às zonas francas de comércio.

Nesse sentido, é pertinente ao Estado nesse momento pós COVID-19 e de enfraquecimento da globalização, investir nas pequenas e médias empresas, mas também em condições para prestação dos serviços. Com a pandemia, o trabalho remoto foi uma realidade em diversos países, logo o investimento em infraestrutura tecnológica e na regularização da internet e proteção de dados se faz mais do que necessário nesta nova fase.

⁶ Relatório O comércio exterior da América Latina e do Caribe crescerá em 2018 em meio a tensões globais que exigem uma maior integração regional. (2018). Disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/o-comercio-exterior-america-latina-caribe-crescera-2018-meio-tensoes-globais-qu-e-exigem>.

Com relação à economia fiscal, reformas tributárias e liberdade de atuação aos Bancos Centrais são essenciais. É necessário que o Estado elimine despesas que não condizem com as necessidades da sociedade e criem um ambiente melhor para o setor privado, não só no sentido fiscal, mas também no sentido regulatório.

Outro problema que ganhou destaque durante a pandemia é o abastecimento de alimentos. O Estado pós COVID-19 deve avaliar a possibilidade de criar uma reserva de alimentos a partir da compra pública de pequenos produtores e criando condições sanitárias e técnicas para que os mesmos se desenvolvam. Com o incentivo à transformação digital desse setor e adoção de tecnologias da informação e comunicação será possível aproximar a oferta e a demanda, e impulsionar o comércio interno e externo⁷.

Já nos centros urbanos, a pandemia levantou questões sobre densidade saudável. A densidade é a condição prévia para a prestação efetiva de serviços urbanos, e hoje muitas pessoas nas cidades não têm acesso a serviços básicos como água, habitação e saúde. É a falta de acesso a esses serviços que exacerbou o desafio de responder efetivamente ao novo coronavírus em muitos lugares⁸. Logo, maior planejamento urbano com foco em mobilidade urbana e redução da desigualdade no acesso a serviços e infraestruturas urbanas deve ser uma prioridade para as cidades no futuro.

No cenário internacional, com o enfraquecimento de organismos multilaterais, é tendencioso o crescimento de um globalismo - uma integração política - e talvez a formação de blocos econômicos sanitários regionais, tendo por consideração uma diplomacia sanitária, onde países com mesmo nível de controle e desenvolvimento da saúde. Em outras palavras, intensificar a cooperação internacional na saúde e traduzir isso em crescimento econômico.

⁷ Facchina, Marcelo. (2020, May 21). Governar as cidades em tempos de crise O papel dos dados para a resiliência dos governos subnacionais. Caracas: CAF. Retrieved from: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1579>

⁸ [https://wribrasil.org.br/pt/blog/2020/04/planejamento-urbano-e-epidemias-os-efeitos-da-covid-19-na-g e stao-urbana](https://wribrasil.org.br/pt/blog/2020/04/planejamento-urbano-e-epidemias-os-efeitos-da-covid-19-na-g-e-stao-urbana)

Referências

Mello, Natália Nóbrega en. (2010) Desarrollo político en Huntington y Fukuyama. Lua Nova: Revista de Cultura y Política, (80), 97-125.

Facchina, Marcelo. (2020, Mayo 21). Governar as cidades em tempos de crise O papel dos dados para a resiliência dos governos subnacionais. Caracas: CAF. Disponible en: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1579>

Reporte. (2020, Abril 03). A única opção estratégica no médio prazo para mitigar os efeitos do COVID-19 na região é avançar para um novo modelo de desenvolvimento por meio de uma maior integração. Disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/unica-opcao-estrategica-medio-prazo-mitigar-os-efeitos-covid-19-regi-ao-avancar-novo>

Publicación (abril.2020). Sectores y empresas frente al COVID-19: emergencia y reactivación. Disponible en <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45734-sectores-empresas-frente-al-covid-19-emergencia-reactivacion>

Publicación (2020, Abril 04) The Urgent Effort to Integrate Latin America's Migrants. Disponible en <https://www.americasquarterly.org/article/new-aq-the-urgent-effort-to-integrate-latin-americas-migrants/>

Webinar One crisis leads to another: Challenges and responses across emerging economies in the time of COVID by UCL Institute for Innovation and Public Purpose. Disponible en

[https://wribrasil.org.br/pt/blog/2020/04/planejamento-urbano-e-epidemias-os-efeitos-da-covid-19-na-g e stao-urbana](https://wribrasil.org.br/pt/blog/2020/04/planejamento-urbano-e-epidemias-os-efeitos-da-covid-19-na-g-e-stao-urbana)

<https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/events/2020/may/one-crisis-leads-another-challenges-and-answers-through-emergente-economias-tiempo->

Reporte (2020, Junio) ACTUALIZACIÓN DEL INFORME SOBRE LA ESTABILIDAD FINANCIERA MUNDIAL. FMI. Disponible en <https://www.imf.org/en/Publications/GFSR/Issues/2020/06/25/global-financial-stability-report-june-2020-update>

Webinar (2020, Junio 18) Transformaciones en el orden global. Realizado por Instituto para la Promoción de América Latina y Caribe (IPDAL). Disponible en <http://ipdal.org/geopolitica-em-debate/>

Reporte (2020, Abril 14) Implicaciones Políticas COVID por IPDAL. Disponible en <http://ipdal.org/ipdal-brief-implicacoes-politicas-covid/>

Macroeconomic Outlook (2020, Julio 07): Prospects For Post-Covid-19 Recovery por Fitch Solutions. Disponible en <https://www.fitchsolutions.com/events/mena-macroeconomic-outlook-prospects-post-covid-19-recovery>

Análisis (19/05/2020) As eleições adiadas pelo vírus por Petit Journal. Disponível em <https://petitjournal.com.br/politica/as-eleicoes-adiadas-pelo-virus/>.

Halimi, Serge. (2003). A democracia segundo Huntington. Revista Diplomatique. Disponible en <https://diplomatique.org.br/a-democracia-segundo-huntington/>

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

CALIXTO, Nathaly. «O Papel do Estado pós COVID-19 no contexto da América Latina», *Working Paper #104*, Observatório Político, publicado em 30/06/2021, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os *working papers* publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.